



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Orçamento do Estado 2015

Debate Parlamentar

MAM

Novembro 2014



Índice

ÍNDICE	1
SIGLAS	2
1. ENQUADRAMENTO	4
2. DESPESA CONSOLIDADA	5
2.1. ANÁLISE DO RELATÓRIO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015	5
2.2. ORÇAMENTO GLOBAL – ANÁLISE POR AGRUPAMENTO DE DESPESA	7
2.3. ANÁLISE COMPARATIVA DA DESPESA DE FUNCIONAMENTO DO MAM	8
2.3.1. <i>Subsector Estado</i>	8
2.3.2. <i>Subsector Serviços e Fundos Autónomos</i>	9
2.3.3. <i>Entidades Públicas Reclassificadas – EPR</i>	10
2.3.4. <i>Orçamento de Funcionamento – análise orgânica por capítulos</i>	11
3. INVESTIMENTO DO MAM.....	13
3.1. ENQUADRAMENTO	13
3.2. INVESTIMENTO – AGRICULTURA E FLORESTAS	14
3.3. INVESTIMENTO – MAR.....	15
3.4. QUADROS SÍNTESE	17
3.4.1. <i>Investimento PRODER</i>	22
3.4.2. <i>Investimento PDR 2020</i>	23
3.4.3. <i>Investimento PROMAR</i>	24
3.4.4. <i>Investimento MAR 2020</i>	25
4. RECURSOS HUMANOS.....	26
4.1. ANÁLISE DE EFETIVOS	26
4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO	29
4.3. CONTRATOS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	30
4.4. APOSENTAÇÕES	30



Siglas

CI - Contrapartida Interna

COM - Organização Comum de Mercado

DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGAV - Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária

DGPM - Direcção-Geral de Política do Mar

DGRM - Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

EPR - Empresas Públicas Reclassificadas

FC - Financiamento Comunitário

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEP - Fundo Europeu para a Pesca

FN - Financiamento Nacional

GPP - Gabinete de Planeamento e Políticas

IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IVV - Instituto da Vinha e do Vinho

LEO - Lei do Enquadramento Orçamental

MAM - Ministério da Agricultura e do Mar

MAR 2020 - Programa operacional do FEAMP

MONICAP/SIFICAP - monitorização contínua das atividades da pesca / fiscalização e controlo da atividade da pesca

OE - Orçamento de Estado

OF - Orçamento de Funcionamento

PCP - Política Comum da Pesca

PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

PNSA - Plano Nacional de Saúde Animal

PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

PROLUNP - Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro



PROMAR - Programa Operacional Pesca 2007-2013

RG - Receitas Gerais

RP - Receitas Próprias

RRN - Programa da Rede Rural Nacional

SFA - Serviços e Fundos Autónomos

SI - Serviços Integrados

SI2P - Sistema Integrado de Informação das Pescas

SIPAC - Sistema Integrado de Proteção contra Aleatoriedades Climáticas

SINERGIC - Sistema nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral

SPA - Sector Público Administrativo



1. Enquadramento

Em 2015, o Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) manteve a opção política, delineada e executada desde o início da legislatura, de assegurar os meios necessários à boa execução dos programas PRODER e PROMAR, enquanto instrumentos de política de investimento sectorial, e realizar uma transição sem hiatos para o novo quadro de apoio comunitário (PDR 2020 e MAR 2020) sem prejuízo do esforço de racionalização na despesa do Ministério.

No domínio do investimento mantém-se o objetivo do MAM, desde o início da atual legislatura, em assegurar a manutenção de elevadas taxas de execução dos fundos comunitários, que no caso do PRODER se estima poder vir alcançar 92% no final de 2014, assegurando por tal facto a sua total e correta utilização até ao fim dos programas.

Destaca-se, no âmbito do novo quadro de apoio comunitário (PDR 2020), as medidas de transição negociadas com sucesso, junto da Comissão Europeia, que possibilitaram a atribuição de um envelope financeiro de 500 milhões de euros (M€), sem contrapartida nacional, que possibilitam a transição entre quadros comunitários sem hiatos no investimento.

Nota-se que o atual PRODER aprovou um total de investimento, em termos acumulados, superior a 7,1 mil M€ estimando-se que, no final de 2014, se atinja uma taxa de execução de 92% (vs. 73% em final de 2013). Assinala-se que o PRODER apoiou mais de 9.000 novos projetos para a instalação de 7.000 jovens agricultores contribuindo decisivamente para o rejuvenescimento deste sector.

Em 2015, o MAM continuará, em conjunto com o sector agroalimentar, a executar a estratégia de internacionalização, desenvolvendo uma ação muito ativa de abertura de novos mercados aos produtos portugueses, designadamente através da eliminação de barreiras fitossanitárias que tem contribuído decisivamente para os dados muito positivos sobre o comércio externo no sector.

No próximo ano manter-se-á o investimento público em infraestruturas hidroagrícolas, enquanto dimensão estruturante da agricultura em Portugal, potenciando o aumento da produção e o contributo para o equilíbrio da balança agroalimentar. A conclusão de Alqueva será marcante, neste domínio, pelo simbolismo para o setor mas sobretudo pelo investimento gerado e contributo para a balança agroalimentar.

O orçamento de 2015 assegurará as verbas para a plena execução do PROMAR, bem como assegurará as dotações necessárias para a execução da Política Comum de Pescas, a Organização Comum do Mercado e o controlo e fiscalização da pesca e recolha de dados. O dinamismo que se tem vindo a sentir neste setor deverá consolidar-se em 2015, sendo que a organização da "Semana Azul", dinamizada pelo MAM em parceria com o setor, constituirá um momento relevante da afirmação de Portugal nesta área.

Em conclusão, o orçamento de 2015 permitirá manter a dinâmica de crescimento dos sectores agrícola, sector que tem demonstrado resiliência e acréscimos significativos de competitividade, das florestas e do mar, eliminando constrangimentos e disponibilizando os instrumentos financeiros imprescindíveis para o seu crescimento sustentado.



2. Despesa Consolidada

2.1. Análise do Relatório do Orçamento do Estado para 2015

Salienta-se, em termos prévios, que o orçamento de 2015 não permite uma comparabilidade direta com o orçamento do ano anterior devido aos seguintes fatores:

- A verba de transição no âmbito do PDR 2020, sem contrapartida pública nacional, que é contabilizada pelo IFAP numa ótica extraorçamental, e que tem um impacto expressivo nas Transferências Correntes e de Capital e em Subsídios; e
- A inclusão da EDIA no perímetro orçamental, que provoca um aumento muito expressivo no orçamento MAM, o qual se estima em cerca de 215 milhões de euros (M€) e inclui cerca de 7,6 M€ de ativos e passivos financeiros.

Esta situação é agravada pelo facto de o orçamento inicial de 2014 ter sido efetuado no pressuposto de cortes salariais que não se vieram a concretizar na totalidade, pelo que se adota genericamente a estimativa de execução de 2014 como termo de comparação no presente relatório.

A dotação ajustada consolidada proposta para o Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), para o ano de 2015, ascende a 1 168,2M€, e corrigido pelos ativos e passivos financeiros a uma despesa efetiva de 1 160,6M€, conforme surge no quadro seguinte:

Áreas de Despesa	Estimativa 2014	Orçamento Ajustado 2015	Variação (%)	Unidade: M€
				Estrutura em 2015 (%)
(1)	(2)	(3)	(4) = [(3)-(2)] / (2)	(5)
SUBSECTOR ESTADO	457,2	386,3	-15,5	28,2
1. Actividades (Funcionamento)	333,4	279,7	-16,1	20,4
1.1 - Com cobertura Rec. Gerais	230,7	194,0	-15,9	14,1
1.2 - Com cobertura Rec. Consignadas	102,7	85,7	-16,5	6,3
2. Projectos	123,8	106,6	-13,9	7,8
2.1 - Financiamento Nacional	115,4	94,8	-17,9	6,9
2.2 - Financiamento Comunitário	8,4	11,8	40,6	0,9
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1.078,5	776,0	-28,0	56,6
EMPRESAS PÚBLICAS RECLASSIFICADAS	0,5	208,6	42.601,6	15,2
EPR 2014	0,5	0,5	7,9	
EPR 2015 (a)		208,1		
TOTAL NÃO CONSOLIDADO	1.536,2	1.370,9	-10,8	100,0
Consolidação entre e intra-subsetores	224,2	210,4		
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	1.312,6	1.168,2	-11,0	
DESPESA EFETIVA	1.312,0	1.160,6		

Por Memória

09 - ACTIVOS FINANCEIROS	0,1	0,1
10 - PASSIVOS FINANCEIROS	0,5	7,6

NOTAS:

O Quadro não inclui agrupamentos 09 - Activos Financeiros, 10 - Passivos Financeiros e 12 - Operações extra-orçamentais.

(a) Em 2015 a EDIA, S.A. passou a integrar o perímetro da A.P., com um valor de 208,1M€.

Fonte: SIGO.



Comparando o orçamento do ano de 2014 (estimativa) com a proposta de orçamento ajustado para o ano de 2015, observa-se um decréscimo de 11,0% (144,4M€) na Despesa Total Consolidada, com o subsector Estado a apresentar uma redução de 15,5% (70,9M€) e os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) uma redução de 28% (302,5M€).

Uma análise da despesa permite constatar, no que concerne ao subsector Estado, uma redução de cerca de 16,1% (53,7M€) nas despesas de funcionamento, o que reflete em primeiro lugar a redução da comparticipação nacional necessária para assegurar os fundos comunitários, bem como o significativo esforço de racionalização e contenção desenvolvido no Ministério.

No que respeita ao subsector dos SFA, regista-se um decréscimo de 28,0% (302,5M€) explicado pela redução do orçamento do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), devido à diminuição da despesa cofinanciada por receitas gerais, bem como pelo registo em operações extraorçamentais da despesa financiada por fundos comunitários, nomeadamente do FEAGA e do PDR 2020. Esta evolução reflete o sucesso na negociação do novo quadro comunitário que Portugal obteve, junto da Comissão Europeia, que permite um regime de transição sem hiatos para o novo programa bem como um valor (*lump sum*) sem necessidade de contrapartida financeira nacional.

Na despesa extraorçamental, não incluída no quadro acima, regista-se um acréscimo de 12,9% (286,8M€), justificado pelo facto de a maioria das ajudas diretas do novo Quadro de Programação 2014-2020 deixarem de ser cofinanciadas por dotações nacionais para passarem a ser por dotações exclusivamente comunitárias, o que de acordo com a legislação em vigor obriga ao seu registo em operações extraorçamentais.

Assim, o balanço entre as medidas orçamentadas e extraorçamentais no IFAP é de uma redução de cerca de 40M€, justificado pela diminuição da comparticipação nacional nos apoios concedidos, o que constitui um contributo particularmente positivo por permitir iniciar a execução do programa mais cedo com menores necessidades de financiamento pelo Estado.

**2.2. Orçamento Global – análise por agrupamento de despesa**

No orçamento ajustado, por agrupamento de despesa, apresentam maior peso as transferências correntes e de capital com 62,8%, seguindo-se a aquisição de bens de capital com 20,1%, as despesas com pessoal com 17,0% e a aquisição de bens e serviços com 0,9%, conforme quadro infra:

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR AGRUPAMENTO DE DESPESA

Fonte de Financiamento	Unid.: MEuro	
		Orçamento Ajustado 2015
(1)		(2)
01 - DESP. PESSOAL		199,1
02 - AQ. BENS E SERVIÇOS		127,8
03 - JUROS E O. ENCARGOS		13,4
04 - TRANSF. CORRENTES		407,5
05 - SUBSÍDIOS		48,9
06 - O. DESP. CORRENTES		12,3
07 - AQ. BENS CAPITAL		234,5
08 - TRANSF. CAPITAL		326,6
11 - O. DESP. CAPITAL		0,8
TOTAL		1.370,9
09 - ACTIVOS FINANCEIROS		0,1
10 - PASSIVOS FINANCEIROS		7,6
TOTAL CONSOLIDADO		1.168,2
DESPESA EFECTIVA		1.160,6

Fonte: SIGO.

Destaca-se ainda que as transferências correntes e de capital, tal como a despesa inscrita em subsídios, enquadram essencialmente os apoios ao nível dos sectores agrícola e das pescas, financiados na sua maioria por fundos europeus.

Em termos evolutivos, e considerando apenas o financiamento nacional, não existe comparabilidade entre o orçamento MAM de 2015 e o de 2014 em virtude do perímetro de consolidação ter sido alterado com a inclusão da EDIA no caso de 2015.

OE 2015 - FINANCIAMENTO NACIONAL
(exclui todas as fontes comunitárias)

Fonte de Financiamento	Unid.: MEuro		
	OE Inicial 2014	OE Inicial 2015	Varição (%)
(1)	(2)	(3)	(4)
01 - DESP. PESSOAL	197,2	192,4	-2,4
02 - AQ. BENS E SERVIÇOS	83,2	100,6	20,9
03 - JUROS E O. ENCARGOS	3,4	13,4	294,9
04 - TRANSF. CORRENTES	85,8	67,9	-20,9
05 - SUBSÍDIOS	21,3	18,8	-11,9
06 - O. DESP. CORRENTES	13,7	12,3	-10,6
07 - AQ. BENS CAPITAL	19,2	66,0	243,6
08 - TRANSF. CAPITAL	68,8	47,1	-31,5
11 - O. DESP. CAPITAL	1,2	0,8	-35,4
DESPESA EFECTIVA	493,8	519,2	5,1

Fonte: SIGO.



Com as reservas acima referidas pode-se, não obstante, destacar que os acréscimos mais significativos se registam nos agrupamentos de juros e outros encargos (294,9%), aquisição de bens de capital (+243,6%) e aquisição de bens e serviços (20,9%). A magnitude destas variações evidencia, de forma clara, a ausência de comparabilidade entre os anos.

Com efeito, os acréscimos referenciados são maioritariamente justificados pela introdução da EDIA no perímetro orçamental, que sendo um veículo para o desenvolvimento do EFMA e pela dimensão apresentada, contribui para variações anormais nas rubricas relevantes.

2.3. Análise Comparativa da Despesa de Funcionamento do MAM

2.3.1. Subsector Estado

Orçamento de Funcionamento - Valores Globais

No âmbito do subsector estado, o montante total do Orçamento de Funcionamento do MAM, para o ano de 2015, é de 279,7M€, dos quais 194,0M€ proveniente de receitas gerais (RG) e 85,7M€ de receitas próprias, conforme surge no quadro seguinte.

OE 2015 - FUNCIONAMENTO - SUBSECTOR ESTADO

Unidade: Meuro			
Fonte de Financiamento	Estimativa 2014	Orçamento Ajustado 2015	Variação (%)
(1)	(2)	(3)	(4) = [(3)-(2)] / (2)
Receitas Gerais	230,7	194,0	-15,9
Receitas Próprias	102,7	85,7	-16,5
Receitas Consignadas	67,5	61,2	-9,3
Fundos Comunitários	35,2	24,5	-30,4
TOTAL MAM	333,4	279,7	-16,1

NOTAS: Não inclui agrupamentos 09 - Activos Financeiros, 10 - Passivos Financeiros e 12 - Operações extra-orçamentais.

Fonte: SIGO.

Assinala-se que se mantém a tendência de descida nas despesas de funcionamento iniciada em anos anteriores que, em 2015, é particularmente acentuada uma vez que se situa em 16,1% (53,7M€), sendo a diminuição em Receitas Gerais de 15,9% (36,7M€) e em Receitas Próprias de 16,5% (17,0M€).

**2.3.2. Subsector Serviços e Fundos Autónomos**

Valores Globais

No que respeita ao subsector dos SFA, se comparado o orçamento proposto para 2015 com a dotação inscrita no orçamento de 2014, verifica-se uma redução de 27,3% (292M€), com origem no IFAP conforme referido anteriormente. A rubrica de EPR reflete, por seu turno, a alteração de perímetro orçamental decorrente da inclusão da EDIA.

OE 2014 - 2015 - SFA

	Unid.: Meuro		
	OE Inicial 2014	OE Inicial 2015	Varição (%)
(1)	(2)	(3)	(4) = [(3)-(2)] / (2)
SFA	1.068,0	776,0	-27,3
FCSP (Considerado Serviço Integrado em 2014)		1,2	
FFP (Fundo inscrito no ICNF em 2014)		18,2	
FSSAM	7,7	14,3	85,1
ICNF, I.P.	61,8	43,2	-30,0
IFAP, I.P.	925,5	599,4	-35,2
INIAV, I.P.	24,6	29,6	20,4
IPMA, I.P.	29,2	50,3	72,4
IVDP, I.P.	9,0	9,9	10,5
IVV, I.P.	10,2	9,8	-4,1
EPR	0,5	208,6	39251,1
EDIA, S.A. (a)		208,1	
T. MAFRA	0,5	0,5	-0,5
Total Geral	1.068,5	984,6	-7,9
Transferências Internas	3,7	29,2	

NOTAS: Não inclui agrupamentos 09 - Activos Financeiros, 10 - Passivos Financeiros e 12 - Operações extra-orçamentais.

(a) Em 2015 a EDIA, S.A. passou a integrar o perímetro da A.P.

Fonte: SIGO.

A redução do subsector dos SFA é explicada essencialmente pela redução dos orçamentos do IFAP, pelas razões anteriormente explicadas, e que se prendem com o regime de transição entre quadros comunitários e a existência, histórica, de uma verba sem cofinanciamento nacional.

Em 2015, o orçamento do ICNF evidencia uma aparente redução que é consequência da autonomização do Fundo Florestal Permanente (FCSP) pelo que, se se expurgar este efeito, o seu orçamento mantém-se inalterado face a 2014.

O Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais (FSSAM) reflete no seu orçamento a execução prevista para 2014, ano em que a coleta da Taxa de Segurança Alimentar Mais se verificará em pleno. A diferença de valores, face a 2014, justifica-se por o orçamento de 2014 ter sido elaborado com base na coleta de 2013, ano em que a taxa começou a ser cobrada e os valores apurados foram reduzidos.

O aumento expressivo verificado no orçamento do IPMA reflete, entre outras variáveis, uma significativa verba de investimento destinada à substituição do navio Noruega, cerca de 10M€, bem



como verbas para o cumprimento de obrigações internacionais no âmbito da meteorologia de cerca de 4M€.

O INIAV, na sequência da reforma dos laboratórios sob tutela do MAM, irá ter um acréscimo de atividade no cumprimento dos planos de análises, justificando assim o aumento no seu orçamento de financiamento possibilitando, em termos líquidos, uma poupança nos valores habitualmente subcontratados.

2.3.3. Entidades Públicas Reclassificadas – EPR

As EPR (nos termos do nº 5 do artigo 2ª da Lei do Enquadramento Orçamental - Lei n.º 41/2014, de 10 de julho) sob tutela do MAM são a Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, que regista um acréscimo de 7,9% face à dotação inicial do ano de 2014, e a EDIA, S.A. - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A., que foi incluída em 2015.

A reclassificação e consequente inclusão da EDIA no perímetro orçamental decorre das regras vigentes e visa conferir maior transparência e rigor às contas nacionais.

**2.3.4. Orçamento de Funcionamento – análise orgânica por capítulos**

A análise do orçamento de funcionamento por entidade evidencia um aumento global em valor, particularmente influenciada pelos acréscimos no capítulo 5 - Serviços de Investigação. Em termos transversais, é de salientar que o orçamento inicial de 2014 foi efetuado no pressuposto de cortes salariais que não se vieram a verificar na totalidade.

OE 2015 - FUNCIONAMENTO - RECEITAS GERAIS

	Unid.: MEuro	
	Orçamento Ajustado	
	2014	2015
TOTAL DO MAM	189,4	194,0
CAPÍTULO 01 – GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO	3,2	3,4
GMG-MAM	3,2	3,4
GM*	1,0	1,2
GSEA	0,6	0,6
GSEFDR	0,6	-
GSEM	0,6	0,7
GSEAIA*	0,6	0,8
CAPÍTULO 02 – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO	22,7	21,0
EMEPC	2,5	2,5
GPIAM	0,2	0,2
GPP (inclui ex-SG em 2014, exclui SME e Reserva GPP)	19,9	18,3
CAPÍTULO 03 – SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NO SECTOR DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PASCAS	95,4	93,3
DGADR	3,7	3,7
DGAV	17,0	17,5
DGPM	0,6	0,6
DGRM	5,0	5,0
ICNF, I.P.	15,9	15,9
IFAP, I.P.	53,2	50,6
CAPÍTULO 04 – SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E MAR	43,7	44,8
DRAPALG	4,5	4,8
DRAPALT	7,2	7,2
DRAPC	11,1	11,5
DRAPLVT	6,0	6,1
DRAPN	14,9	15,2
CAPÍTULO 05 – SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO	24,4	31,4
INIAV, I.P.	15,1	17,0
IPMA, I.P.	9,4	14,3

* Os valores destes gabinetes foram ajustados pelo acréscimo de pessoal parcial decorrente da extinção da SEFDR.

Fonte: SIGO

A dotação inicial para 2015, quando comparada com o orçamento inicial ajustado¹ para o ano de 2014, evidencia um decréscimo de despesa nos capítulos 2, com - 9,6% (2,2M€) e capítulo 3 com - 2,1% (2,0M€), este último por via do IFAP com -4,7% (2,5M€). Estas reduções refletem a maior

¹ O ajustamento ocorre no GPP que, nos valores de 2014, inclui a ex-SG MAMAOT e exclui o SME que em abril de 2015 passou para o INA.



eficiência organizacional no MAM, como poderá se poderá ilustrado pela fusão entre o GPP e a ex-Secretaria-Geral, que permitiu obter sinergias nas áreas transversais (tecnologias de informação, recursos humanos, área jurídica, etc.).

Os aumentos registam-se essencialmente, por seu turno, no capítulo 5 (serviços de investigação) com +28,4% (7,0M€) que reflete o aumento registado no IPMA (5M€) e no INIAV (2M€).

Os aumentos registados no IPMA e no INIAV refletem a ocorrência de contribuições internacionais e a internalização de serviços laboratoriais no INIAV decorrente da estratégia de racionalização dos laboratórios do MAM, respetivamente.

Assinala-se, por seu turno, que o ligeiro aumento registado na despesa dos gabinetes dos membros do Governo reflete, como nas demais situações, os efeitos do acórdão do Tribunal Constitucional, ocorrido em 2014, que revogou os cortes nos vencimentos da função pública e levou a um aumento na despesa com pessoal orçamentada para 2015.



3. Investimento do MAM

3.1. Enquadramento

A orientação política definida e executada em anos anteriores encontra-se espelhada no orçamento para 2015, na medida em que visa assegurar as dotações que servem de contrapartida nacional dos fundos comunitários dos vários programas e projetos cofinanciados, designadamente dos programas PRODER/PDR 2020 e do PROMAR/MAR 2020.

Para 2015 foi alocada ao Investimento uma dotação de 95,5 M€ representando cerca de 32% do *plafond* atribuído em sede de Receitas Gerais (componente proveniente do OE) ao MAM. Salienta-se, não obstante, a redução face a 2014 nas verbas de investimento financiadas por receitas gerais, estimada em cerca de 29 M€, devido à verba sem cofinanciamento nacional do novo quadro comunitário de apoio.

O Orçamento de investimento para 2015, nas áreas da Agricultura e do Mar foi elaborado tendo em vista prosseguir os objectivos consagrados no Programa do Governo, sendo de destacar:

- ✓ No sector agro-florestal a prossecução de políticas públicas visando o crescimento económico sustentável, a criação de emprego e a coesão territorial;
- ✓ Assegurar as dotações para contrapartidas internas dos fundos comunitários dos vários programas e projetos cofinanciados que permitam a sua execução completa até ao final dos programas;
- ✓ Assegurar as dotações dos vários projetos de financiamento nacional considerados prioritários, nomeadamente:
 - SIPAC, Linhas de Crédito e controlo de resíduos, no âmbito do setor da agricultura;
 - Sistema de informação e Comunicações - VTS, Dragagens e Intervenções de Emergência nos diversos Portos e aquisição de um Navio Oceânico, no sector do Mar (cofinanciado pelos EEA Grants);
 - Segurança de Barragens; e
 - Reestruturação da Rede de Laboratórios.
- ✓ Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do sector da pesca no âmbito da Política Marítima Integrada da União Europeia e tendo como matriz orientadora a Estratégia Nacional para o Mar, assegurando as dotações nacionais necessárias à absorção dos fundos comunitários disponíveis para a execução da Política Comum de Pesca. Será, também, dada prioridade à simplificação processual e à melhoria dos sistemas de informação e comunicações, dando-se continuidade à reestruturação no domínio da segurança e dos serviços marítimos, e operacionalizando-se um sistema de gestão para a qualidade das atividades operacionais.

O OE para o ano de 2015 do MAM corresponde ao Programa Orçamental P011 - Agricultura e Mar, que se desenvolve por 6 medidas, envolvendo um total de 67 projetos:

- ✓ 1 no âmbito dos “Serviços Gerais da Administração Pública- Investigação Científica de Carácter Geral” (M004);
- ✓ 12 no âmbito da “Agricultura Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca - Administração e Regulamentação” (M040);



- ✓ 5 no âmbito da “Agricultura Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Investigação” (M041);
- ✓ 32 no âmbito da “Agricultura Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Agricultura e Pecuária” (M042);
- ✓ 1 no âmbito da “Agricultura Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Silvicultura” (M043); e
- ✓ 15 no âmbito da “Agricultura Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – Pesca” (M043).

O orçamento do MAM, na sua componente de Investimento, integra 9 serviços (4 SI, 4 SFA e 1 EPR), entre as quais repartem-se os projetos inscritos no orçamento:

- Serviços Integrados (SI) - 21 projetos:
 - DGAV - 1 projeto;
 - DGPM - 8 projetos;
 - DGRM - 10 projetos; e
 - GPP - 2 projetos.
- Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - 24 projetos:
 - ICNF - 1 projeto;
 - IFAP - 13 projetos;
 - INIAV - 2 projetos; e
 - IPMA - 8 projetos.
- Entidades Públicas Reclassificadas (EPR0029 - 22 projetos:
 - EDIA - 22 projetos.

3.2. Investimento – Agricultura e Florestas

No decorrer de 2015 ir-se-á proceder ao encerramento do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 - PDR C (PRODER), que conta atualmente com uma taxa de execução de 92%, contemplando o orçamento as verbas necessárias à sua integral execução. De igual forma merece referência o Programa da Rede Rural Nacional (PRRN), que tem por objetivo a promoção da transferência de boas práticas e novos conhecimentos para os agentes de desenvolvimento rural, bem como, incentivar a cooperação entre intervenientes e entre territórios, sendo a sua gestão efetuada em conjunto com a gestão do PRODER

A despesa pública PRODER e PRRN, incluindo o valor do financiamento comunitário registado em operações extraorçamentais (39,5M€) é de 418,2 M€, refletindo o processo de encerramento dos programas. Esta redução é mais do que compensada pelo acréscimo na dotação do PDR 2020

Para o PRODER encontra-se previsto no orçamento para 2015 a possibilidade de reforço até ao limite de 2,1M€, para aplicação em projetos de investimento ligados ao sector vitivinícola, tendo contrapartida verbas de receitas próprias do Instituto da Vinha e do Vinho

No âmbito do novo Quadro de Programação está inscrito, o projeto “PDR - Programa de Desenvolvimento Rural” (PDR 2020), com 348,3M€ de financiamento comunitário, não carecendo de contrapartida interna nacional até um total de 500M€.



O apoio ao sector terá em conta outras medidas, em consonância com os objetivos definidos, destacando-se, entre outras, as medidas já desenvolvidas em anos anteriores e novas, da responsabilidade da EDIA, destacando-se no MAM as seguintes medidas:

- ✓ O “Plano Nacional de Controlo de Resíduos nas Matérias - Primas de Origem Animal” (0,4M€ de despesa pública);
- ✓ As medidas de proteção fitossanitária, com relevo para a erradicação da doença do Nemátodo do Pinheiro, através do Programa “PROLUNP” - Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (0,9M€ de despesa pública);
- ✓ As Linhas de Crédito de Apoio ao Sector Agrícola (1,7 M€ de despesa pública); e
- ✓ Conclusão do projeto de Alqueva.

No âmbito dos investimentos na área florestal são de destacar as seguintes medidas:

- ✓ Assegurar a manutenção dos apoios ao funcionamento das Equipas de Sapadores Florestais (ESF) e Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) no âmbito do Fundo Florestal Permanente (FFP). Relativamente às ESF o apoio a atribuir corresponde aos trabalhos de serviço público florestal e defesa da floresta sendo que no âmbito das atribuições dos municípios no domínio da prevenção e da defesa da floresta, será assegurada a transferência das dotações inscritas no Fundo Florestal Permanente relativas aos GTF;
- ✓ Assegurar a conclusão do 6.º Inventário Florestal Nacional que constitui um elemento fundamental para a revisão de objetivos estratégicos, metas e prioridades de intervenção no âmbito do processo de revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF);
- ✓ Proceder à revisão dos PROF integrando as linhas da Estratégia Nacional para as Florestas e os resultados do 6.º Inventário Florestal Nacional;
- ✓ Concluir a avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) para o período 2006-2012 e a avaliação do Programa de Sapadores Florestais;
- ✓ Realizar investimento florestal em áreas públicas ou sob gestão do Estado (arborização, beneficiação florestal, controlo e invasoras e defesa da floresta contra incêndios).

3.3. Investimento – Mar

A estratégia de desenvolvimento para o Mar que se encontra refletida no Orçamento de 2015, prossegue do programa do Governo e das linhas desenvolvidas na Estratégia Nacional para o Mar 2013 - 2020, por forma a:

- ✓ Assegurar as verbas necessárias para execução do PROMAR, principal instrumento dinamizador do sector da pesca, onde se enquadram investimentos destinados a melhorar a competitividade e sustentabilidade das empresas, ao aumento e diversificação da produção aquícola, à melhoria da eficiência energética, bem como à promoção e desenvolvimento das zonas de pesca costeiras através da criação de atividades complementares da pesca que contribuam para a economia regional;
- ✓ Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais nas áreas de segurança, monitorização e controlo das atividades marítimas, (VTS e MONICAP/SIFICAP). Ainda na área da racionalização da Administração Pública, será de referir a manutenção evolutiva do Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P), que suporta os módulos aplicativos correspondentes a áreas operativas do sector, bem como a sua



adaptação ao novo quadro de apoio comunitário, e assegurando ainda a produção da informação estatística primária do sector da pesca, que incumbe à DGRM enquanto órgão delegado do INE;

- ✓ Reforçar a investigação científica promovendo o alargamento do conhecimento do meio marinho tendo em vista nomeadamente, a obtenção de informação de suporte às decisões de gestão relativas às atividades desenvolvidas no mar. Serão reforçados os meios disponíveis e estimulado o desenvolvimento de programas de investigação em articulação com os operadores do sector produtivo;
- ✓ Promover o desenvolvimento, conservação e ordenamento de várias estruturas portuárias, permitindo melhores condições de operacionalidade e segurança nos portos e núcleos de recreio.

Privilegiaram-se as dotações referentes às medidas com apoios europeus, quer estas se insiram no PROMAR com 54,0M€ de despesa pública, (cofinanciadas pelo FEP), quer sejam medidas cofinanciadas através de outros regulamentos que apoiam financeiramente a execução da Política Comum das Pescas (PCP), nomeadamente: (i) o “Programa Nacional de Recolha de Dados” (1,1 M€ de despesa pública) desenvolvido pela DGRM; (ii) o “Programa Nacional de Amostragem Biológica (Recolha de Dados IPIMAR)” (2,8 M€ de despesa pública) da responsabilidade do IPMA; e (iii) o projeto “Integração de Sistemas de Controlo da Atividade da Pesca (1,6 M€ de despesa pública) inscrito no IFAP, que se destina ao controlo e fiscalização da atividade da pesca.

Destaca-se, também, ao nível do reforço da investigação científica, os projetos da responsabilidade do IPMA como o “Desenvolvimento Sustentado da Aquicultura” (1,3M€ de despesa pública), a “Aquisição de um Navio Oceânico de Investigação” (10,1m€ de despesa pública), a “Edificação de Radar de Observação Meteorológica na Região Autónoma da Madeira” (2,4M€) e o “Sistema de Detecção, Localização, Processamento e Arquivo de Raios na RAM” (0,7M€).

Os projetos não cofinanciados visam, fundamentalmente, assegurar as dotações necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da legislação europeia, sendo de realçar os projetos: (i) “Sistema de Informação e Comunicações - VTS (3,1M€), fundamental para a manutenção da operacionalidade do sistema de controlo do tráfego marítimo nacional (VTS); (ii) no âmbito do controlo da atividade da pesca os projetos “Desenvolvimento do MONICAP/SIFICAP” (0,8M€) e “Racionalização dos Serviços de Administração das Pescas” (0,8M€), este último responsável pelo sistema de gestão e de comunicações dos programas cofinanciados inserido no SI2P; e (iii) os projetos relativos a intervenções nos portos de pesca da responsabilidade da DGRM, com destaque pelo seu valor, para o projeto “Dragagens e Intervenções de Emergência nos Portos do Norte, Centro e Sul-DGRM” (4,1M€).



3.4. Quadros Síntese

Os quadros seguintes permitem observar os valores alocados ao investimento do MAM, nas suas várias áreas de intervenção, quer em termos de dotação exclusivamente nacional, quer em termos da contribuição comunitária e da despesa pública global, bem como, a comparação dos valores inscritos no orçamento em 2014 e 2015. Refira-se que os valores apresentados não incluem operações extraorçamentais, sendo estas reconhecidas nas entidades que são beneficiários finais.

Do *plafond* atribuído ao MAM em 2015 foi alocado à componente Investimento 95,5M€, sendo o correspondente valor em 2014 de 124,5M€, o que representa um decréscimo da ordem dos 23,0% que reflete o facto de 2015 constituir o ano de encerramento do PRODER, atentos os elevados níveis de execução atingidos até 2014 (ie 92%), a par do PDR 2020 não carecer de contrapartida interna.

A relevância do MAM na dinamização económica está patente no valor de Financiamento Comunitário (FC) previsto para 2015, que ascende a 510,6M€, que representa cerca de 39% do valor do FC da componente de investimento de todos os programas orçamentais (1.311,2M€) e constitui o mais representativo de todos.

O investimento global (Despesa Pública) afeto a projetos cofinanciados (609,5M€) corresponde a 94,5% do total, o qual ascende a 645,3M€. A dotação nacional associada à contrapartida interna (CI), considerando as Receitas Gerais (componente OE) (70,8M€) e as Receitas Próprias (21,7M€) permite alavancar uma despesa pública 7 vezes superior, de 609,5M€. A relevância deste multiplicador tem presidido a que o MAM tenha privilegiado, também no OE2015, a afetação de meios financeiros para a contrapartida nacional necessária para alavancar investimento.

Dos programas cofinanciados destacam-se os PRODER e PRRN (378,8M€), o PROMAR (48,5M€) (excluindo dotações registadas em operações extraorçamentais - IFAP) que representam 66% da despesa pública total estimada para 2015.

Em 2015 decorrerá a fase final de vigência do PRODER, daí resulta uma diminuição face a 2014 da respetiva despesa pública do Programa (215,6M€), nomeadamente da sua componente comunitária, que apresenta um decréscimo de 175M€. No entanto, esta diminuição é compensada pelo PDR 2020, que tem inscrito em operações extraorçamentais (agrupamento 12) financiamento comunitário no valor indicativo de 348,3M€ (podendo chegar aos 500 M€), o qual não carece de contrapartida interna para além de 1,6M€ de Receitas Gerais e 2,0M€ de Financiamento Comunitário inscritos no OE2015 (PO11).

A par das medidas contempladas nos Programas acima referidos existem ainda outras medidas de apoio na área de intervenção do MAM, financiadas por verbas exclusivamente nacionais, sendo de destacar, pelo seu impacto financeiro, o valor atribuído ao SIPAC com 6,0M€ e o projeto relativo às Linhas de Crédito para a agricultura, com 1,7M€.

No âmbito do investimento da responsabilidade da EDIA, SA, entidade que no OE 2015 passa a integrar o perímetro da Administração pública, destaca-se o expressivo investimento, cuja despesa pública se estima em 174M€, que permitirá a conclusão do projeto Alqueva em 2015.



Segundo uma análise por entidade, destaca-se pelo seu peso no investimento global do ministério o IFAP, I.P. (66,0%), a EDIA, S.A. (27,0%), o IPMA, I.P. (3,0%), a DGRM (1,8%) e o GPP (1,3%). Todos os restantes serviços/entidades têm um peso inferior a 1% no total da Despesa Pública associada ao investimento do Programa Orçamental.

A análise comparativa dos orçamentos iniciais de 2015 face a 2014 assinala um acréscimo de 4,4% no total do financiamento nacional, devido à inclusão da EDIA, S.A. no Programa Orçamental, um decréscimo de -3,5% no financiamento comunitário, o que representa -2,0% da despesa pública.

MAM - OE 2015 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO POR PROGRAMA - DESPESA PÚBLICA

(Sem agrupamento 12)

Unid.: Euro

PROGRAMAS	CAP. 50 OE					OUTRAS FONTES			TOTAL INVESTIMENTO
	RECEITAS GERAIS	NÃO COFINANCIADO	CONTRAP. INTERNA	AUTOFINANC. CONTRAP. INTERNA	DESP C/C R. COMUNIT.	AUTOFINANCIAMENTO		SUBVENÇÃO COMUNITÁRIA (sem agrup. 12) (b)	
						NÃO COFINANCIADO	CONTRAP. INTERNA		
I - AGRICULTURA	69 464 010	14 460 529	55 003 481	0	6 036 714	17 500 000	21 652 772	446 287 111	560 940 607
1 - PDR C - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE (2007 - 2013) - PRODER (a)	59 389 855	5 207 849	54 182 006	0	5 692 464	0	0	313 709 883	378 792 202
2 - PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020)	1 566 155	824 680	741 475	0	344 250	0	0	1 700 000	3 610 405
3 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS	80 000	0	80 000	0	0	0	21 652 772	130 877 228	152 610 000
4 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	8 428 000	8 428 000	0	0	0	17 500 000	0	0	25 928 000
II - MAR	26 044 021	10 273 172	15 770 849	0	5 812 315	0	0	52 502 291	84 358 627
1 - PROMAR	13 292 856	192 903	13 099 953	0	1 300 429	0	0	33 931 375	48 524 660
2 - FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E PESCA - MAR 2020	694 157	0	694 157	0	32 600	0	0	2 029 895	2 756 652
3 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS	2 193 579	216 840	1 976 739	0	4 479 286	0	0	16 541 021	23 213 886
4 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	9 863 429	9 863 429	0	0	0	0	0	0	9 863 429
Total Geral	95 508 031	24 733 701	70 774 330	0	11 849 029	17 500 000	21 652 772	498 789 402	645 299 234

Fonte: SIGO

NOTAS:

(a) Neste projecto o valor da Contrapartida Interna corresponde a transferências.

(b) A coluna "Subvenção Comunitária não inclui a Dotação do agrupamento 12, no valor de 39 450 408€ no Programa "PRODER - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2007 - 2013)", 348 300 000€ no Programa " PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020)", 5 450 005€ no Programa "PROMAR" e 789 840€ em outros projectos cofinanciados, num total de 393 990 253€.

MAM - OE 2015 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO POR SERVIÇO - DESPESA PÚBLICA

(Sem agrupamento 12)

Unid.: Euro

SERVIÇO	N.º DE PROJ.S	CAP. 50 OE					OUTRAS FONTES			TOTAL INVESTIMENTO
		RECEITAS GERAIS	NÃO COFINANCIADO	CONTRAP. INTERNA	AUTOFINANC. CONTRAP. INTERNA	DESP C/C R. COMUNIT.	AUTOFINANCIAMENTO		SUBVENÇÃO COMUNITÁRIA (sem agrup. 12)	
							NÃO COFINANCIADO	CONTRAP. INTERNA		
TOTAL SI	21	12 880 531	10 628 649	2 251 882	-	11 849 029	-	-	-	24 729 560
DGAV	1	425 000	425 000	-	-	-	-	-	-	425 000
DGPM	8	662 627	11 561	651 066	-	3 620 354	-	-	-	4 282 981
DGRM	10	9 586 894	8 916 371	670 523	-	2 191 961	-	-	-	11 778 855
GPP	2	2 206 010	1 275 717	930 293	-	6 036 714	-	-	-	8 242 724
TOTAL SFA	46	82 627 500	14 105 052	68 522 448	-	-	17 500 000	21 652 772	498 789 402	620 569 674
ICNF, I.P.	1	80 000	-	80 000	-	-	-	-	830 000	910 000
IFAP, I.P.	13	80 200 000	13 807 552	66 392 448	-	-	-	-	345 823 294	426 023 294
INIAV, I.P.	2	297 500	297 500	-	-	-	-	-	-	297 500
IPMA, I.P.	8	1 300 000	-	1 300 000	-	-	-	-	17 838 880	19 138 880
EDIA, S.A.	22	750 000	-	750 000	-	-	17 500 000	21 652 772	134 297 228	174 200 000
Total Geral	67	95 508 031	24 733 701	70 774 330	-	11 849 029	17 500 000	21 652 772	498 789 402	645 299 234

Fonte: SIGO

MAM - OE 2015 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO POR MEDIDA - DESPESA PÚBLICA

(Sem agrupamento 12)

Unid.: Euro

SERVIÇO	N.º DE PROJ.S	CAP. 50 OE					OUTRAS FONTES			TOTAL INVESTIMENTO
		RECEITAS GERAIS	NÃO COFINANCIADO	CONTRAP. INTERNA	AUTOFINANC. CONTRAP. INTERNA	DESP C/C R. COMUNIT.	AUTOFINANCIAMENTO		SUBVENÇÃO COMUNITÁRIA (sem agrup. 12)	
							NÃO COFINANCIADO	CONTRAP. INTERNA		
M004 - SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	2	546 200		546 200					2 574 183	3 120 383
M040 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	12	4 632 627	3 966 161	666 466		3 640 354				8 272 981
M041 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO	5	742 300	297 500	444 800					13 456 678	14 198 978
M042 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA	32	69 086 510	14 163 029	54 923 481		6 036 714	17 500 000	21 652 772	445 457 111	559 733 107
M043 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - SILVICULTURA	1	80 000		80 000					830 000	910 000
M045 - AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV, CAÇA, PESCA - PESCA	15	20 420 394	6 307 011	14 113 383		2 171 961			36 471 430	59 063 785
Total Geral	67	95 508 031	24 733 701	70 774 330	-	11 849 029	17 500 000	21 652 772	498 789 402	645 299 234

Fonte: SIGO

**MAM - OE 2015 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO POR PROGRAMA - DESPESA PÚBLICA
QUADRO COMPARATIVO 2013 - 2015**

(Sem agrupamento 12)

Unid.: Euro

PROGRAMAS / PROJECTOS	2014			2015			VARIÇÃO (%)		
	FN (Capº 50 e OF)	FC (Capº 50 e OF)	DP	FN (Capº 50 e OF)	FC (Capº 50 e OF)	DP	FN (Capº 50 e OF)	FC (Capº 50 e OF)	DP
I - AGRICULTURA	110 697 462	494 910 286	605 607 748	108 916 782	452 833 985	561 750 767	- 1,6	- 8,5	- 7,2
1 - PDR C - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE (2007 - 2013) - PRODER E RRN	99 971 462	494 410 286	594 381 748	59 389 855	319 402 347	378 792 202	- 40,6	- 35,4	- 36,3
2 - PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020) (a)				1 566 155	2 044 250	3 610 405	-	-	-
3 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS	80 000	500 000	580 000	21 732 772	130 877 228	152 610 000	27 066,0	26 075,4	26 212,1
4 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	10 646 000	0	10 646 000	25 928 000	0	25 928 000	143,5	-	143,5
II - MAR	18 253 394	34 311 668	52 565 062	26 044 021	58 314 606	84 358 627	42,7	70,0	60,5
1 - PROMAR	8 973 032	27 431 042	36 404 074	13 292 856	35 231 804	48 524 660	48,1	28,4	33,3
2 - FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E PESCA - MAR 2020				694 157	2 062 495	2 756 652	-	-	-
3 - OUTROS PROJECTOS COFINANCIADOS	1 702 088	6 880 626	8 582 714	2 193 579	21 020 307	23 213 886	28,9	205,5	170,5
4 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	7 578 274	0	7 578 274	9 863 429	0	9 863 429	30,2	-	30,2
Total Geral	128 950 856	529 221 954	658 172 810	134 660 803	510 638 431	645 299 234	4,4	- 3,5	- 2,0

Fonte: SIGO

Nota:

Em 2014 o Projecto foi inscrito apenas com Financiamento Comunitário no Agrupamento 12 (operações extra-orçamentais), com valor de 150M€.



MAM - OE 2015 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO POR SERVIÇO - DESPESA PÚBLICA

QUADRO COMPARATIVO 2014 - 2015

(Sem agrupamento 12)

Unid.: Euro

SERVIÇOS	2014			2015			VARIÇÃO 2015 - 2014 (%)		
	FN (Capº 50 e OF)	FC (Capº 50 e OF)	DP	FN (Capº 50 e OF)	FC (Capº 50 e OF)	DP	FN (Capº 50 e OF)	FC (Capº 50 e OF)	DP
SI	9 773 356	8 394 286	18 167 642	12 880 531	11 849 029	24 729 560	31,8	41,2	36,1
DGAV	425 000		425 000	425 000	-	425 000	-	-	-
DGPM	290 000	2 634 695	2 924 695	662 627	3 620 354	4 282 981	128,5	37,4	46,4
DGRM	7 986 894	1 938 687	9 925 581	9 586 894	2 191 961	11 778 855	20,0	13,1	18,7
GPP	1 071 462	3 820 904	4 892 366	2 206 010	6 036 714	8 242 724	105,9	58,0	68,5
SFA e EPR	119 177 500	520 827 668	640 005 168	121 780 272	498 789 402	620 569 674	2,2	- 4,2	- 3,0
ICNF, I.P.	80 000	500 000	580 000	80 000	830 000	910 000	-	66,0	56,9
IFAP, I.P.	117 500 000	514 679 417	632 179 417	80 200 000	345 823 294	426 023 294	- 31,7	- 32,8	- 32,6
INIAV, I.P.	297 500		297 500	297 500		297 500	-	-	-
IPMA, I.P.	1 300 000	5 648 251	6 948 251	1 300 000	17 838 880	19 138 880	-	215,8	175,4
EDIA, S.A.	-	-	-	39 902 772	134 297 228	174 200 000	-	-	-
Total Geral	128 950 856	529 221 954	658 172 810	134 660 803	510 638 431	645 299 234	4,4	- 3,5	- 2,0

Fonte: SIGO

3.4.1. Investimento PRODER

PRODER E PRRN 2014 - 2015

(sem agrupamento 12)

Unid.: Euro

ENT. RESP.	COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO	2014									2015			2014 - EXEC FACE À DOT. AJUST (%)		
			DOT. INICIAL			DOT. AJUSTADA (SETEMBRO)			EXECUÇÃO (ATÉ SETEMBRO)			DOTAÇÃO INICIAL					
			FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP
IFAP	06015	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PDR C (PRODER)	1 400 000	3 136 408	4 536 408	1 774 998	5 277 908	7 052 906	1 026 804	3 301 149	4 327 953	2 122 852	5 444 651	7 567 503	57,8	62,5	61,4
IFAP	09295	PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2007 - 2013)	97 500 000	487 452 974	584 952 974	84 736 560	485 291 474	570 028 034	78 525 749	412 872 425	491 398 174	54 521 743	304 015 232	358 536 975	92,7	85,1	86,2
GPP	07955	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PDR C (PRODER)	1 071 462	3 820 904	4 892 366	937 521	3 799 774	4 737 295	544 422	2 184 749	2 729 170	1 995 260	5 692 464	7 687 724	58,1	57,5	57,6
		TOTAL IFAP E GPP	99 971 462	494 410 286	594 381 748	87 449 079	494 369 156	581 818 235	80 096 975	418 358 323	498 455 298	58 639 855	315 152 347	373 792 202	91,6	84,6	85,7
EDIA, S.A.	09530	BLOCO DE REGA DO LOUREIRO-ALVITO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52 500	297 500	350 000	-	-	-
EDIA, S.A.	09531	BLOCOS DE REGA DE PEDROGAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108 000	612 000	720 000	-	-	-
EDIA, S.A.	09532	BLOCOS DE REGA DE SAO PEDRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	589 500	3 340 500	3 930 000	-	-	-
		TOTAL EDIA, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	750 000	4 250 000	5 000 000	-	-	-
		TOTAL PRODER	99 971 462	494 410 286	594 381 748	87 449 079	494 369 156	581 818 235	80 096 975	418 358 323	498 455 298	59 389 855	319 402 347	378 792 202	91,6	84,6	85,7

Fonte: SIGO

Nota:

Nota: O financiamento comunitário não inclui a dotação inscrita em Operações Extra-Orçamentais - Agrupamento 12 (2014: PRODER EPRRN 43,6M€ e 2015: 39,5M€)

3.4.2. Investimento PDR 2020
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE - PDR 2020

(sem agrupamento 12)

Unid.: Euro

ENT. RESP.	COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO	2014									2015			2014 EXEC FACE À DOT. AJUST (%)			
			DOT. INICIAL			DOT. AJUSTADA (SETEMBRO)			EXECUÇÃO (ATÉ SETEMBRO)			DOTAÇÃO INICIAL			FN	FC	DP	
			FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP				
IFAP, I.P.	09297	PDR - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (2014 - 2020)											1.055.405		1.055.405			
IFAP, I.P.	09560	ASSISTENCIA TECNICA PDR (2014-2020)											300.000	1.700.000	2.000.000			
GPP	09364	ASSISTENCIA TECNICA PDR 2020 - GPP											210.750	344.250	555.000			
TOTAL PDR 2020													1.566.155	2.044.250	3.610.405			

Fonte: SIGO

NOTA: Em 2014 o projecto 9297 teve, no agrupamento 12, 150M€ de dotação, tendo uma execução de 88,2M€ não incluídas neste quadro

Nota: O financiamento comunitário não inclui a dotação inscrita em Operações Extra-Orçamentais - Agrupamento 12 (2013: 43,1M€ PRODER 42,0M€e PRRN 1,2M€ 2014: PRODER EPRRN 43,6M€e 2015: 39,5M€)

3.4.3. Investimento PROMAR
PROMAR 2014 - 2015 (SEM AGRUPAMENTO 12)

Unid.: Euro

ENT. RESP.	COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO	2014									2015			2014 - EXEC FACE À DOT. AJUST (%)		
			DOT. INICIAL			DOT. AJUSTADA (SETEMBRO)			EXECUÇÃO (ATÉ SETEMBRO)			DOTAÇÃO INICIAL			FN	FC	DP
			FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP			
IFAP	06499	ASSISTENCIA TECNICA PROMAR - O.I.	232.600	113.527	346.127	130.550	113.527	244.077	29.946	-	29.946	278.350	93.170	371.520	22,9	-	12,3
IFAP	09293	PROMAR - PROGRAMA OPERACIONAL DA PESCA (2007 - 2013)	7.767.400	23.466.348	31.233.748	6.822.045	23.466.348	30.288.393	3.621.523	21.420.844	25.042.367	12.400.150	32.560.081	44.960.231	53,1	91,3	82,7
DGPM	09033	PROJETOS A CANDIDATAR AO QREN	121.577	1.635.145	1.756.722	-	1.055.145	1.055.145	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DGPM	09362	ASSINALAMENTO MARITIMO DAS AREAS DE PRODUÇÃO AQUICOLA				135.500	580.000	715.500	-	-	-	123.988	469.128	593.116	-	-	-
DGRM	06068	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PO PESCAS	328.309	676.168	1.004.477	287.266	676.168	963.434	167.399	340.698	508.097	348.000	815.676	1.163.676	58,3	50,4	52,7
DGRM	06567	BENEFICIAÇÃO DE PASSADÍÇOS DO PORTO DE PENICHE	143.000	429.000	572.000	125.125	429.000	554.125	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DGRM	08044	PORTO DA NAZARE XXI - ARMAZENS DE APRESTOS	51.146	150.854	202.000	38.715	150.854	189.569	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DGRM	09334	VALORIZAÇÃO DAS REJEIÇÕES E SUBPRODUTOS DE PESCADO PORTUGUÊS	-	-	-	125.385	31.986	157.371	108.310	27.630	135.940	10.000	15.625	25.625	86,4	86,4	86,4
IPMA	06024	RECURSOS PESQUEIROS E SUSTENTABILIDADE DAS PESCAS	49.000	120.000	169.000	42.875	122.674	165.549	1.096	6.619	7.715	15.000	126.000	141.000	2,6	5,4	4,7
IPMA	06058	DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DA AQUICULTURA	280.000	840.000	1.120.000	245.000	1.073.031	1.318.031	155.609	180.473	336.082	117.368	1.152.124	1.269.492	63,5	16,8	25,5
TOTAL PROMAR			8.973.032	27.431.042	36.404.074	7.952.461	27.698.733	35.651.194	4.083.882	21.976.264	26.060.146	13.292.856	35.231.804	48.524.660	51,4	79,3	73,1

Fonte: SIGO

Nota: O financiamento comunitário não inclui a dotação inscrita em Operações Extra-Orçamentais - Agrupamento 12 (2013: 0,32M€, 2014: 2,47M€ e 2015: 5,45M€)

O projecto n.º 9293 "PROMAR - PROGRAMA OPERACIONAL DA PESCA (2007 - 2013)" corresponde em 2013 aos projectos n.ºs 6018, 6019, 6020 e 6022

3.4.4. Investimento MAR 2020
FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E PESCA - MAR 2020

Unid.: Euro

ENT. RESP.	COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO	2014									2015			2014 - EXEC FACE À DOT. AJUST (%)		
			DOT. INICIAL			DOT. AJUSTADA (SETEMBRO)			EXECUÇÃO (ATÉ SETEMBRO)			DOTAÇÃO INICIAL					
			FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP
IFAP, I.P.	09548	MAR 2020										500.000	1.500.000	2.000.000			
IPMA, I.P.	09377	TECNOLÓGICO DA PRODUÇÃO EM AQUICULTURA - NOVAS ENERGIAS E GESTÃO INTELIGENTE										176.632	529.895	706.527			
DGPM	09374	PROJETO A CANDIDATAR - QEC 2014-2020										17.525	32.600	50.125			
TOTAL MAR 2020												694.157	2.062.495	2.756.652			

Fonte: SIGO

4. Recursos Humanos

4.1. Análise de Efetivos

O número total de efetivos em exercício de funções no MAM ascendia, a 1 de outubro de 2014, a 6.610 colaboradores.

Destaca-se que, do total de trabalhadores, a maior parte pertence à carreira técnica superior seguida das carreiras de assistente técnico e assistente operacional.

Por agrupamento de organismos os serviços sob superintendência e tutela representam 46,5% do total de efetivos, os serviços periféricos 27%, os serviços centrais 23,3% e os restantes 3,2%.

Uma análise comparativa dos efetivos do MAM, desde 2010 até 1 de outubro de 2014, permite constatar um decréscimo na ordem dos 12,9 % (976 colaboradores), pese embora se tenha registado a entrada de novos organismos (ex. IPMA).

Essa redução verifica-se em todos os serviços e agrupamentos de organismos, sendo que é mais acentuada nos serviços periféricos (19,8%), seguidos dos agrupamentos dos serviços centrais (12,9%) e nos serviços sob superintendência e tutela (9,3%).

A redução de efetivos a 1 de outubro de 2014, comparativamente a 2013, cifrou-se em 496 trabalhadores, dos quais 404 por aposentação (82,8% do total de saídas). A racionalização da ex-SG MAMAOT, por fusão com o GPP, contribuiu decisivamente para que aquele tenha sido o serviço cujas saídas representaram maior percentagem, correspondendo a 30,4% (34 saídas num universo de 112 trabalhadores).

MAM - EFETIVOS POR CARREIRA/ CATEGORIA

Carreira/categoria	2010	2011	2012	2013	2014*
Membros do Governo	4	4	4	5	4
Dirigentes	464	433	417	423	427
Tec. Superiores	2747	2702	2984	2983	2791
Inspetores	2	2	16	16	13
Ass. Técnicos	2199	2091	2380	2293	2100
Ass. Operacionais	1177	1153	1110	1026	937
Outros	993	941	358	360	338
Totais	7586	7326	7269	7106	6610

* Dados de 1-10-2014

Fonte: SGMAM/SIOE e GPP-AG.

O mapa de pessoal para 2015 evidencia uma redução (4,4%) do número de postos de trabalho propostos, face a 2014, que passam de 7.136 para 6.825 (-311). Relativamente ao número de postos de trabalho a aprovar no âmbito da criação do mapa de pessoal do Gabinete de Planeamento e Políticas e Administração Geral (GPP-AG), cujo processo se encontra em curso, estima-se que venha a totalizar 220 postos de trabalho.

COMPARAÇÃO DE MAPAS DE PESSOAL - OE 2014 / OE 2015

ORGANISMOS DO MAM			Valores OE 2014	Valores OE2015	Diferenças (1-2)	Variação (% 1/2)
			2	1	3	4
SERVIÇOS CENTRAIS						
1	SG	Secretaria-Geral	143	220	-67	-23,34%
2	GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas e Administração Geral	144			
3	DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	1020	980	-40	-3,92%
4	DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	181	181		
5	DGPM	Direção-Geral de Política do Mar	21	28	7	33,33%
6	DGRM	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	250	271	21	8,40%
7	GPIAM	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos	5	5		
Subtotais			1764	1685	-79	-4,48%
SERVIÇOS PERIFÉRICOS						
8	DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	670	653	-17	-2,54%
9	DRAPC	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	498	471	-27	-5,42%
10	DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	262	239	-23	-8,78%
11	DRAPAL	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo	354	325	-29	-8,19%
12	DRAPALG	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	181	181		
Subtotais			1965	1869	-96	-4,89%
ORGANISMOS SOB SUPERINTENDÊNCIA E TUTELA						
13	ICNF, I.P.	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.	1432	1368	-64	-4,47%
14	IFAP, I.P.	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.	662	643	-19	-2,87%
15	INIAV, I.P.	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.	672	620	-52	-7,74%
16	IPMA, I.P.	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.	440	439	-1	-0,23%
17	IVDP, I.P.	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.	139	139		
18	IVV, I.P.	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.	62	62		
Subtotais			3407	3271	-136	-3,99%
Totais			7136	6825	-311	-4,36%

Assinala-se que o mapa de pessoal da DGRM apresenta em 2015, por comparação com 2014, um aumento de 21 postos de trabalho (8,4%) que reflete a afetação de trabalhadores do ex-IPTM.

Evidencia-se, de seguida, o mapa de evolução de efetivos do MAM desde 2010.

MAM - EFETIVOS POR SERVIÇO - 2010 A 2014

MAM - EFETIVOS POR SERVIÇO - 2010 a 2014

Gabinete / Serviço / Organismo	2010	2011 (30.06.2011)	2011 (31.12.2011)	2012 (30.06.2012)	2012 (31.12.2012)	2013 (30.06.2013)	2013 (30.09.2013)	2013 (31.12.2013)	2014 (31.03.2014)	2014 (30.06.2014)	2014 (1.10.2014)
GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO											
		(Dados do XVIII Governo de 20-06-2011)									
MAM	53	45	25	25	27	29	24	24	24	24	26
SEA	18	17	17	16	17	18	18	17	18	17	19
SEFDR	20	17	15	14	16	16	16	17	16	17	-
SEMAR	0	0	16	13	15	16	16	15	15	16	17
SEIAA			0	0	0	11	13	13	14	13	15
Sub total	91	79	73	68	75	90	87	86	87	87	77
Serviços Centrais											
SG	167	165	143	132	123	113	113	115	116	112	78
GPP	215	209	206	185	150	133	134	132	132	130	121
DGAV	949	937	934	927	920	976	974	982	971	971	945
DGADR	302	297	280	277	273	178	174	175	169	162	164
DGPM	0	0	0	13	18	19	18	18	16	16	16
DGRM	139	138	137	127	131	198	196	202	214	206	219
GPIAM	0	0	0	0	3	5	5	5	5	5	5
Sub total	1772	1746	1700	1661	1618	1622	1614	1629	1623	1602	1548
Serviços Periféricos											
DRAPN	798	786	776	761	735	714	712	701	674	647	637
DRAPC	576	558	545	536	520	505	499	498	493	478	462
DRAPLVT	277	268	264	261	257	251	255	254	240	232	230
DRAPAL	381	367	345	348	346	346	344	342	309	294	289
DRAPALG	196	197	194	193	189	184	186	184	178	175	169
Sub total	2228	2176	2124	2099	2047	2000	1996	1979	1894	1826	1787
Organismos Sob Superintendência e Tutela											
IFAP, I.P.	676	687	681	647	635	624	624	617	607	602	591
ICNF, I.P.	1527	1578	1506	1441	1418	1394	1381	1365	1341	1317	1282
IVV, I.P.	58	58	55	57	53	53	50	50	50	48	45
IVDP, I.P.	159	157	153	148	138	135	134	133	131	132	129
INIAV, I.P.	972	926	906	876	703	677	674	659	648	624	613
IPMA, I.P.*	0	0	0	0	459	453	450	442	431	421	418
Sub total	3392	3406	3301	3169	3406	3336	3313	3266	3208	3144	3078
Outras situações/Estruturas											
PRODER	56	57	57	57	56	56	56	55	52	52	51
PROMAR	15	15	14	13	13	14	14	14	13	13	13
EMAM/EMEPC**	0	26	26	22	23	22	21	22	22	22	22
QET	32	32	31	31	31	30	30	29	29	23	19
FAR	0	0	0	0	0	67	16	11			
TAPADA DE MAFRA	0	0	0	0	0	16	15	15	15	15	15
Sub total	103	130	128	123	123	205	152	146	131	125	120
Total Geral	7586	7537	7326	7120	7269	7253	7162	7106	6943	6784	6610
TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE MOBILIDADE ESPECIAL											
SME	713	667	631	606	596	599	597	599	546		
Licenças Extraordinárias	390	374	365	352	338	247	232	197	178		
Sub total	1103	1041	996	958	934	846	829	796	724	0	0
Total Geral	8689	8578	8322	8078	8203	8099	7991	7902	7667	6784	6610
IPTM					289	123	122	117	110	106	18

Como principal nota assinala-se a redução dos efetivos no MAM em cerca de 13%, desde 2010, o que corresponde a uma redução de 976 colaboradores, ou seja uma redução média anual dos efetivos em 3,9%, com particular destaque para a redução registada nos serviços periféricos (20%).

4.2. Caracterização dos Trabalhadores em situação de requalificação

Até 31 de março de 2014², o número total de trabalhadores colocados em situação de mobilidade especial (SME)³ e requalificação (SR)³ situava-se em 2.203, cuja evolução é explicitada infra.

Descrição	Ano								Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	
Colocação de trabalhadores em SME/SR	1.445	417	249	30	5	1	42	14	2.203
Anulação de colocações	20	3	4	1			3	2	33
Total	1.425	1.839	2.084	2.113	2.118	2.119	2.158	2.170	2.170

* Dados de 31-03-2014.

Fonte: ex-SGMAMAOT/SIOE e GPP-AG.

Do total de trabalhadores colocados em SME/SR (2.203), cerca de 77,6% pertencem às categorias e carreiras de assistente técnico e operacional.

Em 31 de março de 2014, o total dos trabalhadores em SR era de 546, sendo que maioritariamente (83,4%) estão inseridos na categoria/ categoria de assistente técnico e assistente operacional.

Carreira/categoria	N.º trabalhadores colocados em SR até à data		N.º trabalhadores à data de 31.03.2014 em SR (ativos)	
		%		%
Tec. Superiores	425	19,6	87	15,9
Ass. Técnicos	716	33,0	126	23,1
Ass. Operacionais	968	44,6	329	60,3
Outros	61	2,8	4	0,7
Totais	2.170	100,0	546	100,0

Fonte: ex-SGMAMAOT/SIOE e GPP-AG.

² A partir do mês de abril todos os assuntos relacionados com os trabalhadores colocados em situação de requalificação passaram a ser da responsabilidade da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA.

³ Anterior sistema de mobilidade especial (SME), que, com a entrada em vigor, em 1 de dezembro de 2013, da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, deu lugar ao sistema de requalificação (SR).

4.3. Contratos e Prestações de Serviços

A 30 de setembro de 2014, o número de contratos e prestações de serviços e existentes, no MAM, é de 115, dos quais 43 contratos de prestação de serviços e 72 contratados a termo, sendo que 40,9%, é financiada por fundos europeus destinando-se a assegurar a gestão dos programas comunitários, conforme quadro *infra*.

Tipo de contrato	A termo certo	A termo incerto	Prestações de serviços
Totais	16	56	43

Fonte: ex-SGMAMAOT/SIOE e GPP-AG.

4.4. Aposentações

Conforme se pode constatar da leitura do quadro *infra*, o número de aposentações no MAM, em 2010, em 2011, em 2012 e em 2013, cifrou-se em de 357, 352, 258 e 245 respetivamente. Até 30 de setembro de 2014, o número de aposentações ascendeu a 404, de um conjunto de 528 pedidos apresentados.

Carreira/categoria	2010	2011	2012	2013	2014*
Dirigentes	18	14	5	1	7
Tec. Superiores	120	142	88	85	132
Inspetores	2	-	2	-	1
Ass. Técnicos	110	106	99	89	171
Ass. Operacionais	78	51	44	58	72
Outros	29	39	20	12	21
Totais	357	352	258	245	404

* à data de 1-10-2014.

Fonte: ex-SGMAMAOT e GPP-AG.